



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 44ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 30 e junho de 2015, com início às quatorze horas e quarenta minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ofício nº 76/2015 do gabinete do vereador Pedro Martendal, informando ausência na presente sessão. Projeto de lei nº 72/2015. Projeto de lei nº 73/2015. Requerimentos nº 285, nº 286 e nº 288 ao nº 306. Indicação nº 724 ao nº 772. Ofício nº 00795/2015 - SRGT-S/GETER/DR - PR dos Correios, referente a celebração de convênio para operacionalização da Agência dos Correios - AGC São Salvador - Prefeitura Municipal de Cascavel. Ofício nº 795/2015 – GS da Secretaria de Segurança Pública – PR, em resposta ao requerimento nº 158/2015. Parecer nº 8 contrário da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 53/2015. Parecer nº 50 contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 53/2015. Parecer nº 123 contrário da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 01 ao Projeto de lei nº 53/2015. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: João Paulo de Lima, Paulo Porto, Luiz Amélio Burgarelli e Luiz Frare. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Iríamos discutir a Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 53/2015, mas como a referida emenda recebeu parecer contrário de todas as Comissões: Comissão de Agricultura, Finanças e CCJ, a Emenda fica prejudicada não podendo ser deliberada. Passamos então, pra segunda discussão e votação do Projeto de lei nº 53/2015, que dispõe sobre alterações de dispositivos na lei nº 5.307/2009, no que tange às atribuições da Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria de Serviços e Obras Públicas, e dá outras providências; de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Ontem, foi já bastante colocado e não quero ser repetitivo da importância deste projeto, porque na gestão passada e num momento de grande lucidez do vereador Airton Camargo, aquele projeto bastante simples, mas de um grande alcance que foi da Porteira Pra Dentro veio regularizar alguma situação. E ainda assim, alguns órgãos de imprensa, alguns membros até do Ministério Público e do Judiciário, ainda questionam alguns procedimentos e também, tirando algumas atividades da Viação e Obras e passando pra Secretaria de Agricultura, acho que definiu bem o papel de cada um. Eu queria então, saudar os momentos de clarividência que alguns dos nossos mentores às vezes têm que ter,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

porque tem hora que alguns projetos são tão simples, e não vem pra cá. Fica uma confusão danada e, você não sabe quem é quem. É um território neutro, todo mundo mete a mão e ninguém sabe quem é quem. Neste aqui, agora sim, você sabe a atribuição de cada segmento, cada setor e isso é extremamente positivo. Tomara que isso continue acontecendo com outras atividades de outras Secretarias que seriam conflitantes. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: É com satisfação que estou ocupando essa tribuna, por esses 5 minutos, pra falar sobre esse Projeto nº 53. Achei um projeto bastante importante e veio em boa hora, pra que pudesse se fazer algumas correções, no que dispõe a lei. São nessas oportunidades que se procura buscar uma visão melhor e, até fazer uma reflexão do que acontece na nossa agricultura. Não é de hoje, já do mandato passado que vejo as reclamações dos agricultores quanto o atendimento que eles possuem das suas atividades rurais e que são deixadas de lado. Muitas vezes, sem poder até se movimentar no direito de ir e vir, por não ter qualidade de estradas pra sair de suas propriedades. E aproveitei aqui, pra fazer uma emenda visando que se colocasse uma condição melhor, pra o agricultor pra que ele pudesse sair com seu produto pra o comércio, pra fazer a entrega desse produto tão importante. E é importante lembrar que, nosso agricultor produz mais de um bilhão neste município, de produtos agrícolas. Há 2 anos era 800 e poucos milhões, achei bastante e ontem, fui informado pela Secretaria de Agricultura que passa de 1 bilhão de produção. E é lamentável dizer: o município não tem condições de manter as estradas de saída das propriedades desses agricultores e, que só vai dar condição na estrada principal da saída da casa, de onde tem que sair o produto, onde tem que sair frango, ovos, verdura, porcos, leite. O produtor de leite que entrega leite todo dia, diz ele que tem que contratar muitas vezes um trator, pra puxar o caminhão que foi buscar o leite na sua casa, por causa da lama que tem lá. Querem mandar que o produtor se vire, com cascalho pra colocar na sua propriedade. Nem a Secretaria muitas vezes tem as cascalheiras pra colocar cascalho nas estradas e, quer que o produtor se vire em cascalho. Tem distrito que não tem cascalho, tem que buscar longe, como o agricultor vai atender? Ele tem uma renda bem baixa, péssima. Não tem condição de colocar um filho num colégio melhor, na cidade, mandar pra outra localidade estudar; porque o que ele ganha é ínfimo perto do trabalho que ele realiza. E esta Casa acha que não pode fazer uma Emenda pra melhorar as condições das estradas, desses pobres agricultores. Usam várias formas em cima das Comissões, pra querer dizer que realmente não tem condição de se atender as pessoas. E isso é lamentável, porque lá no interior se vê gente pedindo voto na época da eleição, mas pouco interessados em atender nossos agricultores. Vejo isso sempre e lamento que aconteça, mas acho que temos que ter um procedimento um pouco diferente. Se a lei vem pra esta Casa pra ser aprovada, nós temos o direito de revisar essa lei e verificar qual a forma que devemos melhorar a qualidade dessa lei. E acho que não estamos errados nessa fórmula, só estão errados aqueles que procuram subterfúgios nas leis pra dizer que, dessa forma não dá; que não é área que nós possamos atingir. Isso é lamentável e lamento quando... se tem alguém que se



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

prontifica a ajudar uma classe social como nossos agricultores, que precisam da nossa ajuda, nosso município é extremamente agrícola, o agronegócio vive da agricultura e não há uma compreensão melhor pra que esses fatos sejam corrigidos. Portanto, quero lamentar a atitude das Comissões que negaram a Emenda, propondo que isso não seria uma forma legal de fazer um encaminhamento. Então, por que estamos aprovando lei se não temos condição nem de revisá-la? Se, somos incompetentes pra revisá-la, se não temos competência pra corrigir uma lei, pra melhorar a qualidade dessa lei, pra atender nossa população. Nós, estamos aqui feito bonecos pagos pela sociedade. Temos que ter uma atitude um pouco melhor, mais progressiva como representantes públicos e não dessa forma como as coisas estão sendo encaminhadas; então lamento muito. Poderia votar favorável ao projeto, mas pelo desleixo, má vontade e o desinteresse em atender os nossos grandes produtores que precisam ter espaço pra produção. Quero dizer que meu voto é contrário, por tais protestos. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Falei ontem sobre esse projeto e retomarei a palavra hoje, até porque faço parte da Comissão de Agricultura desta Casa. Faço parte do Conder que é o Conselho de Desenvolvimento Rural, representando esta Casa desde 2013, quando era suplente, mas não faltei nenhuma reunião, acompanhei toda discussão e a luta. E acompanhando as deficiências da área agrícola que temos em nosso município. Este ano estou como vice-presidente do Conder e quero tranquilizar o vereador Rui Capelão que, a grande bandeira do Conder que está vinculada ao Sindicato Rural, todas as entidades envolvidas, esta Casa; estamos cobrando e acredito sim, que essa medida que o Poder Executivo fez de fazer essa alteração dessa lei e mandar pra esta Casa essa alteração, já vem uma solicitação demandada dessas entidades que representam o Conder; além da própria ação administrativa que o próprio município tem e que hoje, colocou um secretário que é da área. Um secretário que é agricultor, que tem a visão e pode estar fazendo, pode estar fazendo esse diálogo com o produtor rural. Eu, primeiro vou falar sobre o parecer contrário em cima da Emenda que Vossa Excelência... com todo respeito, vereador Rui Capelão, acho que o senhor tem toda prerrogativa e direito de fazer Emenda a qualquer projeto e a esse inclusive; mas quando o senhor colocou lá que os produtos e áreas de armazenagem de grãos... vamos citar um exemplo: um grande produtor de Cascavel tem uma propriedade extensa e lá no meio da propriedade resolve ter um silo de armazenagem, 10 km da sede. Sou um profícuo defensor que o acesso à propriedade do agricultor tem que ser de responsabilidade do Poder Público. A Porteira Pra Dentro como eu entendi, nós temos que... tem uma lei, um segmento jurídico, já foi debatido, ontem. Já falei, até o vereador Celso Dal Molin questionou um dia, tivemos que ir no promotor público esses dias pra resolver essa questão pra poder a Secretaria de Agricultura estar trabalhando. Se esse produtor tiver esse armazém há 10 km da propriedade? É o interesse dele. Poderia por esse armazém do lado da propriedade dele, mas resolveu colocar há 10 km; aí cabe ao município levar todo esse acesso a essa armazenagem de grão por conta do Poder Público, sendo que é o interesse



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

particular? Isso chama-se porteira pra dentro, é o interesse dele. Ele pode ter o auxílio do Poder Público sim e, desde que haja uma contrapartida. Isso não é só um entendimento desse vereador, dessa Casa, esse é o entendimento do Ministério Público de Cascavel. Pode existir sim, a Porteira Pra Dentro, desde que haja contrapartida. Infelizmente, alguns e outras comarcas não estão tendo o mesmo entendimento. Tem município que oferece todo e qualquer atendimento ao produtor sem nenhum tipo de custo. Acho benéfico. Quem sabe, um dia, vamos chegar neste ponto; mas primeiro, precisamos fazer essa construção. Essa compilação de leis municipais que temos aqui e que regem sobre a agricultura. Este vereador fez inclusive, distribuir pra os subprefeitos do nosso distrito pra que eles conheçam e passem pra os agricultores a legislação agrícola que temos vigente. O município quando mandou esse Projeto de lei nº 53 ele não revogou essas leis; então a emenda que o senhor estaria falando, estaria mexendo numa lei da porteira pra dentro, aqui. Como o município não revogou essa lei no projeto original, não temos como fazer uma alteração nesta lei; mas acredito que no futuro podemos estar discutindo uma regulamentação melhor dessas leis. Uma correção e quem sabe, com entendimento da Justiça e da própria Secretaria depois que estiver consolidada as suas atribuições. Depois que estiver consolidado à Secretaria de Agricultura a missão, pra ela fazer todo trabalho da porteira pra dentro, de todas as estradas, quem sabe seria um passo futuro pra nós estarmos trabalhando e corrigindo essa legislação, que tem falhas nesta legislação e que podemos dentro de uma visão diferente melhorá-las, pra que tenhamos sim, toda política agrícola, que todos os agricultores possam ter sim o incentivo merecido, pela sua grande importância porque se, o produtor não tem o seu produto retirado da estrada o comércio não vai vender. Então, a gente tem que ter esse entendimento dessa cadeia produtiva, mas acredito que cada coisa na sua hora. Podemos construir isso, no futuro. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: O senhor colocou que se o cara coloca há 10 km da sua casa um silo, esse é um grande produtor. O grande produtor temos que dar estrada pra ele, não tem a menor dúvida; é obrigação do município. O único município que não dá estrada adequada pra o agricultor é Cascavel, que os outros da vizinhança toda, segundo me falou, ontem pessoas do Conab que estiveram em meu gabinete, todos têm estrada até a porta da casa. É Cascavel que não dá esse direito a nossa produção. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: Essa realidade que tem pra nós, que todo município tem de qualquer forma. O meu pai, mora no município vizinho e tem dificuldade pra sair da casa dele, inclusive fui lá eu pessoalmente, pedir pra ajudar pra fazer a estrada, inclusive pagando. E até hoje, está com problema pra sair da casa. A realidade é que tem que andar dentro do município vizinho e. que não é bem assim a história, também. Temos muitas estradas que não tem adequação, que não tem cascalhamento, também. Cascavel precisa sim, melhorar sua deficiência, mas isso, vamos fazer somando forças pra que quando a Secretaria assumir essa obrigação consolidada, nós podemos estar discutindo essas questões melhor, também. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Um aparte – Vereador Nei H. Haveroth: Terminou meu tempo; talvez, o senhor peça a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

palavra... – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Já usei. Dá impressão que na pasta da Agricultura só existe estrada, tem tanta coisa pra Secretaria de Agricultura trabalhar que não é só estrada. É muito mais complexo nesse tempo, aqui. Ontem, outras vezes a impressão é que é só estrada que faz a vida do agricultor e não é bem assim. Acho que temos outro projeto sobre o uso do agrotóxico, meio ambiente, nós temos o problema das escolas, transporte escolar, a moradia rural que é difícil; a saúde que na área rural é complicada e a gente fica achando que se resolver o problema da estrada resolve o problema do agricultor. Tem algumas coisas que não dependem nem do gestor; depende da força superior, a chuva, sol, clima, mas a estrada só não resolve; o problema é muito mais amplo. Com todo respeito seu Rui Capelão, porque aqui só abordamos estrada e não é só isso, porque não vive de estrada no sítio. – Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o projeto. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Celso Dal Molin, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Paulo Porto, Vanderlei Augusto da Silva e Professor Paulino). (Foi contrário, o vereador: Rui Capelão) – Secretário: Com 18 votos favoráveis e 1 contrário Projeto de lei aprovado. – Presidente: Com 18 votos favoráveis e 1 contrário Projeto de lei nº 53/2015 aprovado em segunda votação. Antes, do nosso secretário, ler o ofício que acabou chegando atrasado aqui, porque estava no protocolo. Quero fazer uma saudação muito especial, no dia 23 desse mês; tivemos a eleição da mesa diretora da 8ª gestão da Câmara Jovem, pra o biênio 2014-2015. Tivemos eleitos: a presidente Ana Cláudia Miranda, o primeiro vice presidente: Leomário Antônio de Moraes, segundo vice-presidente: a Carla Katiele Pereira e o primeiro secretário Rodrigo Henrique Munhoz. A Ana é do Colégio Eleodoro Ébano Pereira, o Leomário é do Colégio do Brasmadeira, a Carla do Castelo Branco e o Rodrigo do Santos Dumont. Hoje ainda, falta o Alisson que é o segundo secretário, que hoje não está presente. Estão hoje aqui, acompanhando e aprendendo um pouco como funciona uma sessão da Câmara de Vereadores. – Secretário: Ofício do vereador Marcos Rios sobre licença prorrogada por mais 30 dias. – Presidente: Obrigado. Feita a leitura ainda em tempo nesta sessão; retomamos a ordem do dia e passamos pra única discussão e votação da emenda 1 ao Projeto de lei nº 60/2015 que altera a lei municipal nº 6.484/2015 que regulamenta o uso e aplicação de agrotóxicos próximo aos locais que especifica no município de Cascavel, e dá outras providências de autoria do vereador Paulo Porto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Essa emenda visa readequar o projeto de maneira a torná-lo mais efetiva. Peço voto favorável. Obrigado. – Presidente: Em discussão a emenda. Em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Emenda aprovada pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 60/2015 que altera a lei municipal nº 6.484/2015 que regulamenta o uso e aplicação de agrotóxicos próximo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aos locais que especifica no município de Cascavel, e dá outras providências de autoria do vereador Paulo Porto. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei 61/2015 que dispõe sobre autorização para a Fundação para o desenvolvimento científico e tecnológico - Fundetec fornecer uma bolsa-técnico referente à chamada pública nº 05/2015 da Fundação Araucária e dá outras providências de autoria do Executivo municipal. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra segunda discussão e votação do Projeto de lei 63/2015 que altera as leis municipais nº. 6.275 de 08 de outubro de 2013 - Plano plurianual para o período de 2014 a 2017, 6.419 de 24 de novembro de 2014 - Diretrizes orçamentárias para 2015 e 6.429 de 16 de dezembro de 2014 - Lei orçamentária anual para 2015 de autoria do Executivo municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: O projeto transfere todo orçamento que havia na Secretaria de Obras pra fazer as ações e as dotações orçamentárias, junto com suas despesas pra Secretaria de Agricultura pra consolidar o projeto nº 53. Quero reforçar aqui, o valor que tem pra essas ações. É um valor que no município, nós precisamos trabalhar ele junto com ações parlamentares federais pra melhorar esse recurso, inclusive com o próprio município. No próximo ano, quem sabe a gente consiga e há um clamor das entidades envolvidas. O ITR que é o Imposto territorial rural, ele passe ao município e possa transferir pra ser investido na área rural. Quem sabe esse orçamento que estamos transferindo hoje pra agricultura aqui, não é suficiente pela grandiosidade, pela extensão que o município tem pra dar conta do recado. Hoje, com a contrapartida dos pequenos agricultores, pela legislação vigente que temos, ainda não é suficiente aquele orçamento que temos disponível. É preciso que a gente faça um esforço e conversamos com a administração, pra que o ITR pelo menos, que é o Imposto territorial rural que hoje a União transfere pra o município, que esse imposto também, passe a ser investido e amplie esse orçamento pra o próximo ano; pra aí sim, a Secretaria de Agricultura ter a capacidade orçamentária de estar ampliando as suas ações. O vereador Jaime Vasatta da Comissão de Agricultura, temos um papel neste sentido de estar fazendo esse diálogo junto com o Conder, com a administração pra que possamos dar esse entendimento e buscar com que o orçamento do ITR seja passado. Aí teremos então, uma qualidade melhor, de repente orçamentária pra atender as necessidades dos agricultores. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter: Tem total apoio desse vereador. Estivemos semana passada falando com o secretário Almir e, ele mostrou uma panorâmica das dificuldades da Secretaria de Agricultura, a quantidade de área territorial que o município de Cascavel tem e o que gera imposto na nossa região, na verdade é o agronegócio. O agronegócio puxa o comércio. Temos um comércio forte na cidade de Cascavel, indústrias; mas tudo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

gerado pelo agronegócio. Então essa sua ideia de ampliarmos, conversarmos mais com a administração pra que o orçamento da Secretaria de Agricultura possa ser abrangido, alcançando todo território que é muito grande, da nossa cidade de Cascavel. Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Importante essa fala sua, neste projeto. Teve a discussão agora, no Projeto nº 53 onde no qual você bem colocou que a gente precisa estar atento ao orçamento. Vejo que o vereador Rui Capelão, reclamou, ripou inclusive as três Comissões que deram parecer contrário. Porque acho que, vereador Rui Capelão, não basta à boa intenção, tem que ver a legalidade de tudo isso. Por isso procuramos, a gente buscou sempre apoio do departamento jurídico pra ter o norte, dar o parecer, conforme a Constituição pra lá na frente não cometer uma injustiça de estar aprovando uma coisa que, no futuro ao invés de melhorar a vida dos agricultores, nós estamos prejudicando. Então a gente se baseia sempre no departamento jurídico, pra colocar nossos pareceres, pra que a gente possa não ser prejudicado lá na frente. Nei H. Haveroth, a sua fala é importante pra que a gente possa no futuro ter essa possibilidade de fazer, pra gente concluir bons projetos; mas pensando assim: agora pra o futuro. Colocar isso no orçamento, pra que a gente possa realmente ter condições plausíveis. Obrigado. - Vereador Nei H. Haveroth: Todos sabemos que, hoje desde a pequena propriedade até a grande propriedade está envolvida no agronegócio; uma depende da outra. Mesmo a pequena propriedade é envolvida com o agronegócio, porque tem lá um aviário, ovos, leite e está integrado ao agronegócio na nossa região. É um conjunto a nossa força e, não temos outra força econômica maior na nossa região que, não seja a agrícola; então depende sim, de um esforço desta Casa, da administração do município, pra que cada vez possamos melhorar o destino da área rural e melhorar o trabalho da Secretaria de Agricultura do município de Cascavel. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão: Realmente o projeto se destina a um plano importante e que nós, realmente, a Secretaria da Agricultura precisa desenvolver determinados programas; portanto essas medidas poderão ser bastante eficazes pra nossa agricultura, inclusive aqui quando fala em realizar a manutenção de estradas rurais, no valor aqui de 2 milhões e 190 mil. A gente espera que essas coisas ocorram o melhor possível, porque o que não é possível é ficarmos pensando que, não podemos fazer investimento na área agrícola como teve um dos pareceres aqui que diz: condições suficientes pra garantir a sua aplicabilidade. Isto significa que não tem dinheiro pra se fazer estradas, pra retirar a produção; como não temos dinheiro pra retirar a produção? Precisamos retirar a produção, a produção está na sede, onde a pessoa tem o seu negócio, seu agronegócio é lá que está à produção; então temos que ter dinheiro pra ir lá. Por isto certas coisas não se justifica e, a colocação de que os agricultores fiquem lamentavelmente aguardando medidas que, proporcione a melhoria nas suas condições de trabalho; então sou favorável. Mas sou favorável a que realmente haja uma política agrícola no município. O que não estou vendo é uma boa política agrícola pra o município. Há poucos dias discutíamos de 10 ou 20 alqueires de terra que foram vendidas na área rural, pra empregar em outras atividades, no centro da cidade. E nós



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

questionamos porque não emprega então esse dinheiro de 20 alqueires de terra em benefício do agricultor, em melhoria da qualidade de tanta coisa que há necessidade, conforme há pouco tempo o Dr. Luiz Amélio Burgarelli, comentou? Portanto, precisa-se na realidade investimento, então luto por esse investimento. Acho que o município arrecada muito, o município está baseado em agronegócio como os senhores falaram; então não podemos dizer que não existe recurso. Recurso existe, mas tem que ser empregado no local correto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Até mesmo porque, nós pegamos 2 milhões 190 pra investir em estradas rurais na extensão territorial que temos. O recurso não é suficiente e soma-se a isso, o município vai lá faz a readequação das estradas e muitos produtores não colaboram, inclusive grandes produtores. O município faz a readequação hoje, com o plantio direto, muitos agricultores acham que com o plantio direto não precisa mais conservar o solo, não precisa mais ter a micro bacia; despejam a água pra estrada, o serviço que o município faz lá cada 6 meses tem que estar refazendo, então há um desperdício. Então é preciso conjuntamente os agricultores também, terem o entendimento que é preciso colaborar pra que esse recurso que temos, seja suficiente pra melhorar; mas precisa de uma contrapartida do Executivo e também, do agricultor. Não todos, mas uma grande parte precisa se reciclar também a atitude que, ele tem da conservação do solo e do respeito às estradas, também. Obrigado. – Vereador Rui Capelão: É bom lembrar que temos em cada distrito, um subprefeito. E que a aplicação do material dentro das propriedades deve ser feita pelo subprefeito. Nós, não podemos fazer avaliações, temos que deixar pra que o subprefeito faça o emprego correto dos recursos dentro das propriedades, onde há necessidade. Se o agricultor quer 10 cargas de brita ou de material, o subprefeito vai lá diz: não, com 3 resolvo o seu problema e vai levar 3 cargas. Então quem tem que resolver o problema da agricultura nas estradas é o subprefeito e temos subprefeitos muito competentes. Tenho a impressão que é só dar as condições mínimas que eles precisam, que essa questão será resolvida, mas tem que ser autorizado, tem que dar crédito pra essas pessoas. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Estava aqui comentando com o vereador Jorge Menegatti, que eu não estava me aguentando aqui, na fala do vereador Rui Capelão. Quero pedir a palavra pra falar o seguinte: primeiro, o detalhe do parecer, li o parecer. O senhor falou em aplicabilidade é quanto à lei e não o dinheiro, lá na estrada. O senhor deu uma distorcida. Segundo: não vi nenhum projeto seu com algumas estradas... estivemos ano passado, juntamente com o deputado André Bueno e Adelino, protocolamos 4 projetos pra pavimentação poliédrica e, estou vendo que tem 1 milhão e 45 mil pra pavimentação poliédrica; ligando Colônia Barreiros, Colônia Esperança, Colônia Sapucaia passando por Santa Terezinha e lá em cima na Nossa Senhora da Salete chegando até o 408. Não tenho visto algum projeto, ação sua, no interior. Você fala que não tem melhoria e tem, sim; uma delas é esse projeto que estamos aprovando, hoje. Esse já é um avanço na melhoria, conforme falou o vereador Nei H. Haveroth. E com certeza haverá outros avanços pra melhorar, ainda mais a qualidade de vida do agricultor, conforme falou



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nosso vereador e conhecedor da matéria, Dr. Luiz Amélio Burgarelli. Realmente os agricultores não precisam só de estradas, tem muitas outras ações e, nós vemos comunidades no 408, na Santa Terezinha, Sapucaia, onde o município dispõe de ônibus pra aquelas famílias virem com os alunos até a cidade; então tivemos uma grande melhoria nas estradas do interior. – Vereador Rui Capelão: Um aparte. – Vereador Cláudio Gaitero: Já encerrei vereador. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. Pois não, vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Obrigado, vereador João Paulo de Lima. Eu gostaria de colocar o seguinte: temos deputados e temos que cobrar deles. Não é nós que temos que ir atrás de asfalto e pavimentação poliédrica, temos muito do que fazer na cidade. Temos que ter formas, nós temos secretários, será que os secretários são incompetentes? Será que o prefeito é incompetente? Nós é que vamos ter que correr atrás de verbas? Não é nós que temos que correr atrás de verbas; temos que correr atrás de verba aqui, em Cascavel pra o agricultor. Se a verba é do Estado ou da União são nossos deputados, que acho que são competentes. Temos que cobrar deles e tenho cobrado dos meus deputados, essas atitudes de fazer asfalto, inclusive nas estradas rurais que até não concordo muito com pedra poliédrica. Agora, se tem dinheiro pra pedra poliédrica deveria ter dinheiro pra arrumar a entrada lá do produtor, onde precisa retirar seu produto. Isso é lamentável; não está batendo o que estão me colocando. Obrigado vereador pelo aparte. – Vereador João Paulo de Lima: Era o que tinha presidente. – Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 63/2015; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem, Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra segunda discussão e votação o Projeto de resolução nº 8/2015, que abre crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Cascavel, na forma que específica, de autoria da mesa diretora. Em discussão o projeto. Em votação; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Registre-se o voto contrário do vereador Jorge Menegatti; projeto de resolução aprovado pelos demais senhores vereadores. Temos ainda pra aprovar a ata da 39ª sessão ordinária, realizada dia 15/06/2015 e as atas das 40ª e 41ª sessões ordinárias, realizadas nos dias 16 e 22/06/2015. Em discussão as atas. Em votação; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos os requerimentos. Requerimento nº 285, de autoria do vereador Nei H. Haveroth. Requerimento nº 286, de autoria do vereador Robertinho Magalhães. Requerimento nº 288 também, de autoria do vereador Robertinho Magalhães. O nº 289 de autoria do vereador Professor Paulino; o nº 290, de autoria do vereador Rui Capelão; o nº 291, de autoria do vereador Walmir Severgnini; o nº 292, de autoria do vereador Jorge Menegatti; o nº 293, de autoria do vereador Jorge Bocasanta; o nº 294 de autoria do vereador João Paulo de Lima; o nº 295 de autoria do vereador João Paulo de Lima; o nº 303 de autoria do vereador Jorge Bocasanta; o nº 304 de autoria do vereador João Paulo de Lima e Celso Dal Molin; o nº 305 de autoria do vereador



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

João Paulo de Lima; o nº 306 de autoria do vereador João Paulo de Lima e; todos esses do ano de 2015. Pergunto aos senhores líderes se: há consenso na deliberação dos requerimentos? (- Consenso) Em havendo consenso, coloco em discussão os requerimentos lidos nesta sessão. Em votação; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Todos os requerimentos lidos nesta sessão, aprovados pela totalidade dos senhores vereadores. Finda está a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público. Temos a inscrição dos vereadores: João Paulo de Lima, Paulo Porto, Luiz Amélio Burgarelli e Luiz Frare. Com a palavra vereador João Paulo de Lima. – Vereador Nei H. Haveroth: Questão de ordem. Gostaria da autorização do senhor, temos a conferência hoje a tarde, inclusive convidar os demais vereadores. Caso depois da sessão quiserem ir, inclusive Vossa Excelência, vereador Rui Capelão, a Conferência da ATER – Assistência Técnica Rural que está ocorrendo pelo Conder, está acontecendo agora à tarde, iniciou-se 15:30 horas. Se puder me licenciar, pra estar me ausentando da sessão no segundo expediente? – Presidente: Concedido, vereador. A palavra está com o vereador João Paulo de Lima. – Vereador Rui Capelão: Obrigado, mas quero informar que não vou poder participar. Obrigado! - Vereador João Paulo de Lima: Venho à tribuna por três motivos. O primeiro, queria enaltecer o grande investimento que agora acho que não terá mais impedimento, desde que a empresa faça tudo da forma que a Justiça, ontem determinou e que é o Shopping Catuaí. Quero passar isso porque lá atrás, o primeiro que lembrou deste shopping, dessa construção foi o vereador Luiz Frare. A gente tem que nominar isso, porque muitas vezes acontece de muitas pessoas quererem pegar carona e agora que está tudo resolvido, começa a surgir os “pais das crianças”; ou seja, “graças” no meu entendimento, conseguimos através dos juízes e promotores”. Neste sentido, deixo registro nesta Casa que se aconteceu alguma coisa, foi através da própria empresa. Nós cascavelenses, Câmara Municipal, a imprensa que bem falou, explicou e, chamou todas as pessoas responsáveis neste sentido e se manifestou, se impôs, bastantes pessoas. Fizemos uma moção nesta Casa inclusive, mas se tem o mérito é a empresa que vai acatar todas as decisões. Se tem um mérito de tudo o que está acontecendo que nós cascavelenses vamos ganhar esse shopping, não é de um, é da cidade de Cascavel e principalmente do empreendedor desse imóvel que está fazendo da melhor forma possível pra que não perecer a obra e continue. Então os parabéns a essa empresa que vai fazer tudo, conforme a Justiça está determinando. Outra situação que me traz nesta tribuna é sobre as Comissões desta Casa. Quero dizer com todo respeito aos vereadores que, se fazem componentes das Comissões que já estive, inclusive dentro da Comissão da CJR. A Comissão de Justiça e Redação, onde muitas vezes para que nós não pudéssemos atrapalhar o autor do projeto e, isso fiz com vários vereadores aqui; eu pedia vistas pra... (trecho inaudível) Quero pedir encarecidamente aos senhores vereadores que, antes de ver um nome, verificar a situação e que os senhores possam sentar com os autores do projeto; porque o que me incomoda senhor



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vereadores é que na verdade, as Comissões são técnicas. Sabemos que os vereadores têm suas posições e a gente tem que ter respeito, porque existe a Comissão dentro da Casa. Agora o que dá pra fazer é que peçam vistas do Projeto, adiamento desse Projeto, pra que os vereadores possam debater e deliberar da melhor forma possível. Se for inconstitucional, vamos aceitar a inconstitucionalidade, mas acho que tem que ter diálogo nesta Casa, pra que as coisas comecem a acontecer da melhor forma possível. O que não vou admitir é pegar o projeto do vereador sem antes pelo menos debater o porquê desse projeto. Porque semana passada e aqui, cito a Comissão de Constituição e Justiça e Redação dessa Casa, deram a constitucionalidade de um projeto que realmente não tinha como passar, aqui. Mas beleza! Foi aprovado, porque havia interesse. Logicamente que, quando é interesse de outro vereador o negócio fica complicado. Quero respeitar, da mesma forma que estou falando, quero respeitar as Comissões, porque são Comissões deliberativas. Comissões que na verdade, existe uma equipe técnica só que nossos advogados devem a essa Comissão; então pra que isso aconteça, queria pedir encarecidamente que as duas Comissões mais importantes dessa Casa e, que se chama CJR e a Comissão de Economia e Finanças, possam antes de jogar o projeto do vereador no lixo, que possa pelo menos debater, conversar, com o vereador pra que possa pelo menos, entrar dentro da legalidade, se de fato não está. Não tenho nada contra nenhuma das Comissões, mas acho que tem que respeitar o projeto de cada vereador. Aqui, estou falando por essa Câmara de Vereadores dizendo que os 21 vereadores, têm o mesmo percentual. E pra finalizar, falar do requerimento nº 305. Nós temos lá uma escola chamada Colégio Estadual Pedro Canisio e, esse colégio já está superlotado. Há alguns anos viemos lutando sobre a questão, fomos até Curitiba, e o vereador Jaime Vasatta acompanhou essa luta e até agora, não temos retorno do Governo do Estado. E ontem, vi uma mãe chorando, porque tem que levar seu filho atravessando a BR 277 até o bairro Pacaembu, pra que não perca o ensino. Neste sentido, estamos clamando novamente pra que esse ofício possa chegar às mãos das pessoas competentes pra que resolvam esse problema, que é de extrema importância. Acho que tem que ficar registrado nos anais dessa Casa, essa cobrança desse vereador. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Vou agradecer, mas o vereador Luiz Frare vai fazer uso da palavra e já me sinalizou que vai ceder. – Vereador João Paulo de Lima: Perfeito. O senhor acompanha a Comissão de Economia e Finanças, entendi. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Jaime Vasatta: Estava ouvindo sua fala e, na verdade, se a Comissão e nós decidimos que o vereador Vanderlei Augusto da Silva, Aldonir Cabral... na verdade, você falou uma coisa certa, que não é na base do fato, é na base técnica, na sua legalidade; por isso buscamos apoio jurídico toda vez... Agora, é de tua competência, talvez qualquer vereador pra fazer, a hora que for discutido realmente esse projeto no Plenário, você como vereador peça vistas. Acho que é isso que é importante o debate. Uma questão do seu projeto, o projeto é bom, falei isso pra o vereador Rui Capelão, não é só a intenção do projeto, tem que ver a legalidade desse projeto. Não podemos cometer algumas irregularidades



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que possam na frente ser prejudicadas. Você é um vereador atuante, importante. Parabéns pelo seu projeto! Mas estamos fazendo as coisas corretas dentro da Comissão. – Vereador João Paulo de Lima: Sempre é uma honra ouvir sua fala, mas o que me comove é que muitas vezes, mesmo sendo inconstitucional passa na Comissão. Esse é meu incômodo e dizer, a vossa senhoria com todo respeito que tenho a sua pessoa; mas dizer que depois que o projeto foi tramitado na Comissão, quando vem aqui pra Plenária, fica igual o meu projeto dos idosos da semana passada, ninguém quis falar do assunto e simplesmente, jogaram. Quero só, novamente dizer que muitas coisas também, geram vício de iniciativa nesta Casa, mas se encaminha pra o prefeito e o prefeito manda pra cá e a Câmara derruba. Foi o caso, inclusive da autoria do vereador Gugu Bueno e Romulo Quintino, semana passada que derrubamos. E o prefeito dizia que era vício de iniciativa; mas nós aqui pensando na comunidade, no povo, estamos tentando trabalhar pelo povo, mas muitas vezes somos contrariados. Muito obrigado. – Presidente: Agora ouviremos o vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Só pra complementar, vereador João Paulo de Lima, as Comissões têm por obrigação exararem pareceres técnicos, orientados inclusive pela assessoria jurídica das Comissões ou da própria Câmara. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Vereador João Paulo de Lima, vamos ser justos e fazer justiça com as coisas, o senhor quando foi da Comissão de Justiça gostava muito de ouvir o jurídico e nós também, ouvimos o jurídico pra dar parecer, nesse seu projeto. Não seja injusto, faça justiça. Há 2, 3, semanas atrás, tinha um projeto seu sobre o embarque na rodoviária de idosos, empatou aqui na Comissão e desempatei, deixei parecer favorável mesmo contra o jurídico. Aqui no Plenário votei a favor do senhor, lá atrás quando o senhor era da Comissão de Justiça junto comigo, aquele meu projeto da transparência na fila da saúde pública o jurídico deu parecer contrário, o senhor seguiu o jurídico; então respeite a Comissão, respeite eu, o Aldonir Cabral e o Jaime Vasatta. Não viemos aqui brincar, hoje, 8:30 horas da manhã, nós estávamos aqui pra trabalhar e nós vamos seguir o jurídico e quero respeito nessa Comissão de Justiça. Obrigado! (-Um aparte) – Luiz Frare: Pois não! – Vereador Aldonir Cabral: Como é fácil falar das Comissões, não é João Paulo de Lima? Você já participou das Comissões e faço um apelo, cedo meu lugar pra você se a Comissão aceitar; aí fica melhor pra você deliberar. – (-Um aparte) – Luiz Frare: Pois não. Tenho 3 minutos pra falar, não vão me deixar falar. – Vereador João Paulo de Lima: Vereador Vanderlei Augusto da Silva, respeito com toda certeza. Acabei de usar a tribuna e disse com toda certeza, respeitarei e não quero a vaga. Já não estou na Comissão, porque acho que muitas coisas são constitucionais e são alegadas inconstitucionais. Com todo respeito que tenho às Comissões, indiferente de qualquer situação, só estou pedindo aos senhores, isso estou falando, inclusive em nome de outros vereadores e estou pedindo que os senhores ajustem da melhor forma possível, que conversem com os vereadores. Muitas vezes falta diálogo das Comissões pra que acerte os projetos; simplesmente isso. – Vereador Aldonir Cabral: Quando puxa sardinha pra seu lado você fica quieto, agora quando é alguma coisa... aí você não. Você chegar ali e meter o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

cacete em nós, não adianta você vir meter pressão na Comissão... – Presidente: Senhores, questão de ordem. Quem está com a palavra é o vereador Luiz Frare. Não é mais possível o vereador Aldonir Cabral usar a palavra, porque já tomou o aparte. Agora, a palavra está com o Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Embora meio debilitado pela forte gripe que contrai, mas não posso deixar passar e esfriar um assunto que aconteceu semana passada, por ocasião da votação do Plano Municipal de Educação. Que democracia vivemos, onde alguém chega aqui fala e a parte de cá fica em silêncio; ouve, a parte de lá, aplaude! Beleza! Outro alguém, vereador chega aqui, quer expor sua opinião, seu parecer, seu conteúdo enfim, não deixam falar. Que professores são esses que vêm representar uma classe, mas infelizmente pra eles, eles não representam essa classe de professores. As 2.700 professoras municipais estavam em sala de aula e aqui, tinham 3 ou 4 baderneiros e baderneiras, não tive condições de vir aqui e explicar o parecer daquelas emendas, que foi parecer contrário. Um exemplo: a emenda nº 13 dizia o seguinte: que se compare, tire uma média dos salários de médicos, dentistas, advogados, engenheiros, arquitetos e outras profissões de curso universitário, que se tire uma média e se pague ao professor. É um absurdo, incoerência, irresponsabilidade de quem fez a emenda, porque ela é incoerente, inconsistente, ela não tem cabimento. Quebraríamos o município logo em seguida; qualquer município. A média salarial de advogados, dentistas, médicos, enfermeiras, arquitetos, engenheiros, engenheiro agrônomos, tira uma média, quanto deu? E aí paga-se o professor e, são 3000 na rede municipal. O município está investindo na educação o equivalente a 25%, que é o que determina a lei. E dizer que infelizmente, essa colocação que estou fazendo agora de todos os pareceres contrários, pra aquelas pessoas de coerência que estavam aqui, ansiosas pra ouvir o outro lado e não conseguiram. Porque pessoas que se dizem professores e que nem professores municipais são; estavam aqui, obstruindo a palavra de quem queria fazer uso dela; e então não tive condições de pedir a palavra, pra justificar o parecer daquelas seis Emendas da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento. Outro assunto é o seguinte: vereador Rui Capelão, o município tem um orçamento. O orçamento tem da agricultura, indústria e comércio, desenvolvimento econômico, saúde, educação, etc. e sabemos e, toda pessoa que se atenha um pouco pra acompanhar o que está acontecendo em nosso país, percebe que nós não vamos cumprir o orçamento, nem em Corbélia, nem em Anahí, nem em Cascavel, nem em São Paulo, porque a economia está em desaceleração. Começamos descer a ladeira, não chegamos lá embaixo, ainda. O reflexo vem aos municípios e o que o Governo Federal anunciou há pouco? O repasse de 1% a mais do FPM não será feito, é mais uma cacetada em cima, principalmente dos pequenos municípios. Então, quando se fala que a Secretaria de Agricultura tem um orçamento de x milhões de reais no orçamento, está lá. Quero ver se tem o financeiro, e o financeiro vem de onde? Dos recursos gerados pelo agronegócio que em Cascavel, como você falou dá um bilhão de reais e volta 60, 65 milhões de reais. Nós mandamos 1 bilhão e vem aqui, 65 milhões. E o terceiro assunto eu quero fazer justiça e agradecer o João Paulo de Lima pela citação ao meu nome,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

quando defendi a retomada das obras do Catuaí. Neste momento, a partir de amanhã, daqui uns dias, deve ser retomado de novo as obras do Shopping Catuaí. Quero fazer aqui, um registro da atuação do prefeito Edgar Bueno, nessa história do Shopping Catuaí. Pra quem não sabe, na quinta-feira, feriado, sexta-feira era ponto facultativo, onde estava o prefeito Edgar Bueno? Reunido com a equipe técnica IAP, Meio Ambiente, etc. junto com o pessoal do Shopping na Promotoria Pública Federal. Acertando o quê? Os detalhes, os ajustes. Na outra semana, segunda-feira, das 10 da manhã até 13 da tarde, onde estava o prefeito Edgar Bueno? Reunido lá, fazendo ajustes com o Ministério Público, com a empresa. Uma das exigências: desapropriar ou decretar de utilidade pública três terrenos do lado e o quê ele fez? Bancou na hora. Fazemos! Decretar de utilidade pública, pra preservar uma área maior de meio ambiente; portanto fica aqui, o registro da atuação inegável do prefeito, Edgar Bueno, na retomada dessas obras; que de início provavelmente entorno de 1000 pessoas vão trabalhar e depois de concluído entorno de 3000 pessoas. Esse é o registro que preciso fazer e tem que dar mérito, a quem merece. Só falar e dizer não chega; tem que agir e o prefeito agiu; e agiu como sempre age, como bom administrador, porque ele é empresário, além de prefeito. Muito obrigado! – Presidente: Na sequência vereador, Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Hoje será votada em Brasília, pauta única, a emenda que propõe redução da maioria penal. Um projeto que interessa a vocês da Câmara Jovem, inclusive acalentado por setores conservadores e pela chamada bancada da bala no Congresso Nacional. Onde apesar de entidades como OAB, CNBB, UNE, se posicionarem francamente contrárias a esse projeto, existe uma chance real, dele ser aprovado em primeira votação. Assim como essas entidades citadas, nós do PCdoB somos frontalmente contrários a essa emenda. A violência e a criminalidade juvenil se enfrenta e se combate com políticas públicas, pra juventude. A violência junto aos jovens da periferia se combate com políticas públicas, junto aos jovens da periferia. Em nenhum lugar do mundo, a redução da maioria penal teve como consequência a redução dos índices de criminalidade. As únicas consequências foram: superlotação dos presídios, cadeias e dos cárceres. A única consequência foi penalizar a já penalizada juventude brasileira, historicamente alijada da riqueza nacional. Antes de reduzir a maioria penal, que efetivemos políticas públicas pra juventude brasileira, políticas de distribuição de renda. Chega ser sintomático que os mesmos grupos que defendem a redução da maioria penal são os mesmos grupos que defendem o fim do Bolsa Família, que criticam as cotas sociais, que criticam toda política distributiva de renda do Governo Federal. A verdade que, reduzir a maioria penal pra combater a violência é um caso clássico de se tratar o efeito e não a causa. É necessário investir em escolas, políticas inclusivas e não, em penitenciárias. É necessário inverter essa pauta perversa, que está sendo votada hoje, no Congresso Nacional. Atualmente, o Brasil possui a 4ª maior população carcerária do mundo: meio milhão de presos; abaixo apenas dos EUA, China e Rússia. Se essa emenda fosse implementada hoje, não teríamos vagas. Aliás hoje, tem um déficit de 280.000 vagas no Brasil. Colocar esses jovens nas cadeias brasileiras, agravaria o problema. Não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

existem dados que comprovem que, isso reduziu em qualquer lugar do mundo os índices de criminalidade. Ao contrário, ao colocar na cadeia se expõe jovens e adolescentes a mecanismos de comportamentos reprodutores de violência. Tanto é que há dados oficiais: a reincidência do sistema penal brasileiro é de 70% e as políticas socioeducativas, menos de 20%. Todos os dados que temos; nenhum deles prova que essa política é eficaz. É necessário ter claro que, a violência não será solucionada com mais violência, mas apenas com uma ação conjunta da sociedade política governamentais. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado! O senhor sabe o respeito que tenho por Vossa Excelência, nesses 2 anos e meio de mandato; mas hoje preciso discordar um pouco do senhor. Não que eu sou a favor da diminuição e nem contra. Ontem, dei uma entrevista falando que não voto sobre o assunto e dificilmente me posiciono; quando o assunto não é direcionado ao meu voto; mas estranho Vossa Excelência falar que... o senhor fala da bancada da bala em um Partido que defende o aborto. Então não consigo entender quando se mata crianças inocentes na barriga da mãe e quer defender os de 16 anos, que estão matando pessoas; não consigo entender! E outra: o PT está no poder há mais de 12 anos. Em 12 anos dá pra mudar a educação, a mentalidade, a história de um país e infelizmente, o PT não fez isso. Não mudou nada, aliás, piorou; então com todo respeito que tenho a Vossa Excelência quero colocar meu posicionamento. Peço desculpas por usar seu espaço e já agradeço, também. Sabe do respeito que tenho por Vossa Excelência. Obrigado! - Vereador Paulo Porto: Eu defendo esse governo e vou defender até o final. Digo nós, porque sou parte desse governo. Tiramos 36 milhões de pessoas da miséria, coisa que nenhum governo fez nesses 500 anos; em relação a ensino superior e educação, nós quintuplicamos as vagas no ensino superior. Nos anos do PSDB, do FHC não houve uma contratação de professor e nós contratamos 12.800 professores em 12 anos; então temos um belo legado, em relação à educação. Posso voltar a isso outro dia, em relação a esse tema; mas encerrando em relação à questão da maioria penal. Encerro minha fala, citando o Major da Polícia Militar, comandante do Rio de Janeiro, Ibis Pereira, num debate recente a respeito da maioria penal, este comandante da Polícia Militar do Rio, não é ninguém que desconhece a segurança pública e, ele se posicionou frontalmente contrário à redução da maioria penal. Citando, o Coronel Ibis: essa batalha contra o crime não será ganha com fuzis, a saída é preventiva, se faz necessário disputarmos cada criança com o crime. Nós não vamos disputar essas crianças com bala, nós vamos disputar com políticas públicas; essa é a posição do PCdoB. Esta é a posição desse mandato. Muito obrigado. – Presidente: Obrigado. Na sequência vereador Luiz Amélio Burgarelli. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Sou favorável à redução, sim. Sou de origem humilde, tenho parentes de origem humilde e pobreza não é defeito. O que leva um jovem, um menino ao crime, talvez seja um pouco de formação, da falta de oportunidade de uma estrutura familiar. É multifatorial. Todos têm as mesmas oportunidades num país de oportunidades, não vem dizer que não tem; todos têm, sim. Basta que você seja perseverante, mas uma minoria vendo a internet, TV, carrões modernos, vendo a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

riqueza passando ao seu lado e ele na dificuldade o olho cresce; 90 veem a mesma coisa e 2 resolvem encurtar o caminho, porque acham que é mais fácil. E essas pessoas sem a sua visão, sem estrutura familiar, acabam tomando os caminhos da violência, em verdade os descaminhos e aí, passa da medida. Eu não acredito que vai consertar não. Pode ser com 15, 17, 19, ele vai continuar delinquindo, poucos com ressocialização. Há deficiências também, no Judiciário? Há. A pena é leve? Então, talvez reduzindo e colocando ele: se ele se sente responsável e capaz de matar, ele tem que arcar com as consequências. Ele muitas vezes já é pai, ela é mãe; então deve pensar nas consequências dos seus atos ou ficar na cadeia um tempo a mais pra refrescar a cabeça. Se quiser aprender coisa boa pode aprender, se quiser aprender coisa ruim pode aprender, também. Hoje, está acontecendo uma coisa importante em Cascavel que é o pessoal da terceira idade com a Ação Social reunida aqui perto e certamente, virão de lá ideias e projetos. A gente está dando uma passada lá. Estive lá de manhã, nós temos um representante da Associação Médica participando e que discute problemas do idoso em Cascavel e, espero que seja muito profícua. Mas não dá pra deixar de falar da Saúde em Cascavel, que está fervilhando com o levantamento e que foi feito nesta Casa, sobre os problemas do Cisop. Gostaria que Cascavel, com nosso secretário de Saúde que tem 50 e tantos por cento da maioria do Cisop e, que na verdade, representa um grande centro e que tem poder até de veto lá; atue de uma maneira mais incisiva, junto aos outros prefeitos, junto à direção do Cisop, pra que essas investigações evoluam e, se chegue a um denominar comum. Se há erros que sejam punidos, verificados e que a saúde em Cascavel, efetivamente melhore. Deixemos de corporativismo, se é que existe. Deixemos fluir as vontades populares, no sentido que as demandas... temos pelo menos 500 crianças, aguardando cirurgia de adenoide, amígdala, nariz e, essas crianças vão ter problema de fala, respiratório ao longo dos anos. Não é urgente, é um tema urgente, quando está correndo risco de morte ou não, mas essas crianças estão sempre doentes, frequentando as unidades de saúde. Há, pelo menos mais de 300 crianças, aguardando cirurgia de hérnia, fimose, testículo, e aí? A remuneração do SUS não passa de 25 reais e nenhum profissional se propõe a fazer. É necessário que nossos deputados façam algum pedido, pra que a gente tenha mutirões e essas cirurgias sejam melhor remuneradas e, essa fila encurte; porque fica muito mais caro você pegar essa criança com transporte, com parente alojar em Curitiba, ficar 2, 3, dias aguardando e depois voltar. Fica muito mais caro o molho do que o peixe. É necessário bom senso e infelizmente, muitos dos nossos administradores não têm. Tomara que um dia, não sei se nesta gestão, veremos que isso aconteça. Obrigado. – Presidente: Obrigado. Quero agradecer a todos os vereadores que usaram da palavra no interesse público e em especial ao vereador Jorge Menegatti. Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público; encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e dezessete minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO
Presidente

ROMULO QUINTINO
Secretário